

CORRESPONDE

A REVISTA DAS PROMOTORAS E CORRESPONDENTES NO PAÍS



"Essa é uma grande vitória para os aposentados, pensionistas e para o funcionalismo público. A margem dará um respiro para milhares de famílias que estão sofrendo com os efeitos da pandemia."
(Deputado Federal Capitão Alberto Neto - Relator da MP 1006/2020)

"Importante destacar o trabalho inteligente e bem estruturado do Deputado Capitão Alberto Neto, que capturou, como poucos, todos os aspectos importantes e relevantes do tema, conseguindo, de forma surpreendente, a aprovação por unanimidade nas duas casas."
(Edison Costa - Presidente da ANEPS)

"Agradeço à Aneps e aos amigos Correspondentes, estivemos todos à frente junto ao Capitão, incansavelmente, sem medir esforços, para viabilizar esta conquista."
(Fabrício Soares - Representa a Diretoria Regional em Uberlândia - MG)

"Hoje, olhando o trabalho realizado desde a primeira reunião na Sede da ANEPS, seguida de diversas reuniões presenciais em Brasília, com Parlamentares e o apoio da Frente parlamentar, é gratificante o resultado."
(João Marques - Diretor Superintendente)

"A aprovação da MP 1006/2020 foi um marco, uma vitória, cuja importância se estende desde aposentados e servidores públicos, até a classe dos correspondentes."
(Afabio Azambuja Negri - Diretor Regional de Belo Horizonte - MG)

"Existem muitos ribeirinhos que moram no Amazonas, e que sobrevivem apenas desta aposentadoria. Então, esses 5% darão a liberdade de pegar dinheiro emprestado com taxa de juros espetacular."
(Alberto Serafim Santana - Diretor Regional do Estado do Amazonas - AM)

"Trabalhamos com consignado há mais de 20 anos e podemos afirmar, com bastante segurança, que o maior beneficiado com esta medida é justamente aquele que mais precisa".
(Fauzi Taha - Diretor Regional em Ribeirão Preto - SP)

"Para o segmento de correspondentes, foi uma das conquistas mais importantes. A Aneps teve uma participação relevante na aprovação da MP".
(Antônio Mario Rinaldini - Vice Presidente de Relações com Entidades de Mercado)

AMPLIAÇÃO DA MARGEM CONSIGNÁVEL É BEM RECEBIDA PELO MERCADO

Um é pouco, dois é bom, mas
três é melhor ainda!



**Certificação
PLUS**

A nova certificação
3 em 1 da ANEPS:
Consignado +
CDC + Veículo.

A PARTIR DE

R\$60,00





SUMÁRIO

10**CAPA**

Ampliação da margem consignável é bem recebida pelo mercado

**3. EDITORIAL**

A palavra do presidente Edison Costa

4. NOTAS REGIONAIS

A nova coluna com novidades das diversas regiões

6. ENTREVISTA

Túlio Matos, diretor regional na Bahia

8. QUEM É QUEM - DIRETORES REGIONAIS

Conheça o diretor de sua região

9. CERTIFICAÇÃO

Saiba como o método garante a qualidade dos profissionais

11. CAPA

Aumento da margem consignável volta a ser ampliado

15. ESPAÇO ANEPS

Frete parlamentar luta para amenizar prejuízos

16. FRAUDES CONTRA O CONSUMIDOR

Senacon mostra como está trabalhando para coibir práticas ilegais

18. ESPAÇO DO CORRESPONDENTE

A trajetória de sucesso da PH Negócios, comandada por Paulo Henrique

21. ESPECIAL

Homenagem: Edison Aparecido Ferreira, ex-presidente da Aneps

22. ETC.

Uma alimentação balanceada ajuda a melhorar a imunidade

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFISSIONAIS E EMPRESAS
PROMOTORAS DE CRÉDITO E CORRESPONDENTES NO PAÍS



Rua XV de Novembro, 269 – 2º and. – Cj. 201/205
São Paulo (SP) – CEP 01013-001
Tel.: 11 3104-5168
www.aneps.org.br – aneps@aneps.org.br

DIRETORIA**Presidente**

Edison João Costa

Vice Presidentes

Antônio Mario Rinaldini
(Relação com Entidades de Mercado)

Douglas Freire Navarrete
(Comunicação e Marketing)

João Ricardo Villas Bôas
(Formação e Certificação)

Roberto de Farias Lamacié Ferreira
(Relações Transacionais)

Manuel Magno Alves
(Diretor Tesoureiro)

Diretores Regionais

Afábio Azambuja Negri (Belo Horizonte/MG)

Alberto Serafim de Santana (AM)

Augusta Maria Mendes Mota (Triângulo Mineiro/MG)

Bartolomeu da Costa Moreira (SE)

Bérgson Arrais (CE)

Elza Duarte Silva (RJ)

Fauzi Taha (Ribeirão Preto/SP)

João Batista Cavalcanti de Melo (PE)

José Jorge Pedreiro Paniago (Goiânia/GO)

Juvêncio Bispo Ferraz Pereira Junior (São Luis/MA)

Raniery Barbosa Queiroz (Cuiabá/MT)

Wanderley Pardo da Silva (DF)

Jurandir Santos (PR)

Tulio Cesar Andrade Abreu Cardoso Matos (BA)

Diretor Superintendente

João Batista Marques

REVISTA CORRESPONDE – REDAÇÃO/PRODUÇÃO

Reportagem e Redação

Marcela Matos (MTb 20.801/SP)

Daya Lima (MTb 48.108/SP)

Textos

Denise Oliveira, Henrique Dantas e Paulo Tonon

Diagramação

Bardeo2

Publicidade

Tel.: 11 3104-5168 – aneps@aneps.org.br



Foto: Divulgação/Aneps

EDISON COSTA
PRESIDENTE DA ANEPS

O ano de 2021 começou agitado para os correspondentes. Especialmente os que trabalham com empréstimo consignado. Era preciso fazer valer novamente o aumento da margem consignável aprovado no ano passado, mas que havia caducado em 31 de dezembro. Deu certo! Foram muitas articulações, reuniões, estresse, acompanhamento das votações, mas o resultado final foi positivo. A margem foi ampliada por unanimidade nas duas casas, Câmara dos Deputados e Senado Federal. Agora, enquanto preparo esse editorial, fiquei sabendo da sanção do Presidente da República Jair Bolsonaro para que a nova regra passe a valer imediatamente e fique em vigor até 31 de dezembro de 2021. Ótima notícia!

Nossa luta não termina com essa conquista. O desafio agora é transformar o aumento em lei, a fim de que não esteja mais sujeito a todas estas oscilações e os aposentados possam recorrer a essa modalidade de empréstimo, com taxas de juros bem mais atraentes, sempre que precisarem. Já estamos de mangas arregaçadas para isso e contamos com um time de feras apoiando a ideia. Em especial o Deputado Capitão Alberto Neto, que foi relator da Medida Provisória e posso dizer, compreendeu muito bem a causa e soube direcionar a demanda com maestria.

As novidades não param por aí. Nesta edição, estamos com uma seção nova, de Notícias Regionais. A partir da página 5, é possível acompanhar um pouco do que acontece nas regionais da Aneps pelo Brasil e conhecer o trabalho que diretores vêm fazendo em outros Estados. Queremos fortalecer ainda mais a entidade regionalmente para que sejamos ainda mais sólidos nacionalmente. Essa é a meta!

Não deixe de ler uma reportagem muito interessante sobre as medidas que a Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senacon) está tomando para mitigar as fraudes no nosso segmento e reduzir os danos de imagem que a categoria sofre a cada denúncia de venda de consignado sem autorização. As mudanças precisam dificultar a ação de fraudadores, não basta só punir, é preciso coibir.

Temos ainda um perfil da PH Negócios, com a trajetória de sucesso de Paulo Henrique e sua equipe, e uma homenagem ao saudoso Edison Aparecido Ferreira, que nos deixou em dezembro.

Boa leitura!



Meta é FORTALECER A ENTIDADE

A FORÇA REGIONAL

A ANEPS é reconhecida e respeitada no Brasil inteiro pela combatividade e representatividade em nome da categoria, mas agora quer se fortalecer ainda mais regionalmente. Para isso, vai expandir as diretorias regionais que hoje são 14. A meta é ter duas por Estado da federação, uma para atuar mais na capital e outra no interior. Só assim a entidade vai ganhar capilaridade.

PROXIMIDADE AJUDA

Com diretorias regionais fortalecidas, a ANEPS quer estar próxima dos órgãos fiscalizadores, Procon, governos locais e ainda interagir junto ao Poder Legislativo estadual. Sem contar a aproximação dos sindicatos laborais que já é feita e se mostra indispensável.

CRESCIMENTO NA REGIÃO NORTE

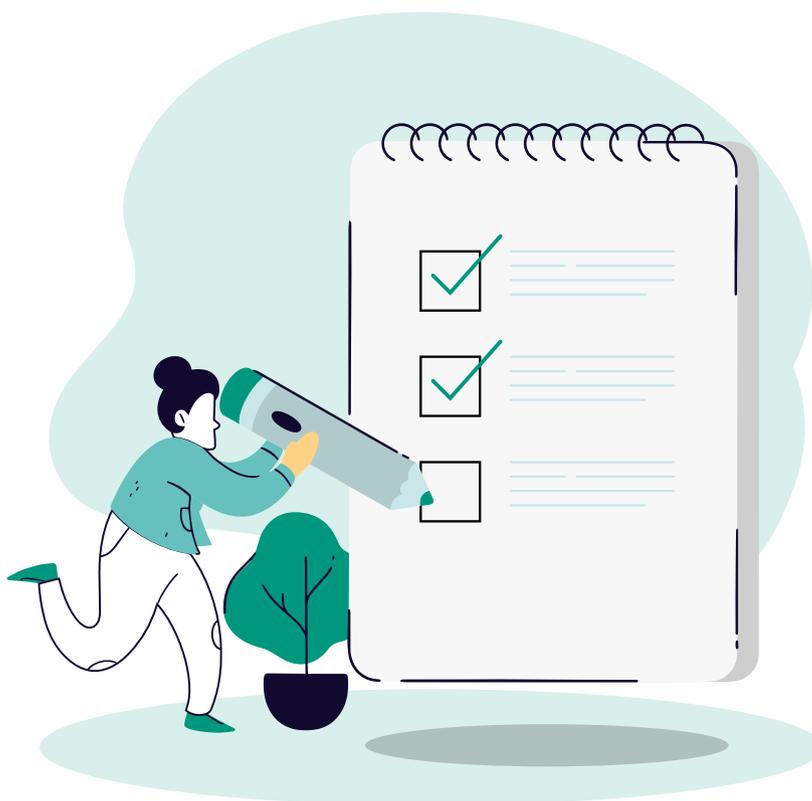
Já em 2021, a ANEPS centrará forças para ganhar mais representatividade na Região Norte do país. Para chegar a esse objetivo, além das estratégias citadas de nomear mais diretores, a entidade irá promover ações de comunicação e marketing para levar as principais demandas dos correspondentes a um número maior de pessoas. É grande o potencial de crescimento no Norte.

COMUNICAÇÃO REFORÇADA

Para ajudar os diretores regionais na nova missão, a entidade também iniciará em breve a criação de um manual de atuação para os novos diretores regionais. O documento trará um passo a passo do escopo de trabalho das lideranças regionais, as políticas de relacionamento com os agentes de crédito associados e potenciais afiliados à entidade, entre outros pontos.

NOVO ESPAÇO

Além de tudo isso, as diretorias regionais vão ganhar dois espaços fixos na Revista Corresponde. Esta página conta com a coluna ANEPS Regional, que vai circular em todas as edições, e uma entrevista com um dos diretores regionais. Nesta edição, Túlio Matos, direto da Bahia, faz a estreia. Confira nas páginas 6 e 7.



Digitalização exclui os não alfabetizados do **EMPRÉSTIMO CONSIGNADO**

“DE ACORDO COM TÚLIO MATOS, DIRETOR REGIONAL DA ANEPS NA BAHIA, A REGIÃO NORDESTE VEM ENFRENTANDO COM BRAVURA OS TEMPOS DIFÍCEIS, MAS É PRECISO VALORIZAR OS CORRESPONDENTES E PUNIR COM RIGOR OS FRAUDADORES”



Assim como em todas as partes do Brasil, a região Nordeste tem enfrentado dificuldades na retomada do ritmo econômico na crise provocada pela pandemia da Covid-19. Mesmo assim, a bravura, a valentia e a generosidade do povo nordestino têm feito a diferença para reunir forças e atravessar esse momento complicado e desafiador. Pelo menos assim é que o Diretor Regional da ANEPS na Bahia, o empresário Túlio Matos, enxerga o segmento na região.

Corresponde: Como a crise está atingindo os correspondentes bancários da Bahia e no Nordeste como um todo?

Túlio Matos: O mercado para o correspondente bancário na região Nordeste vem enfrentando a pandemia de forma brava, valente e generosa, como é de se esperar do povo nordestino. Nos últimos cinco anos, a região e especialmente o Estado da Bahia, para o qual fui honrado com o convite para representar a ANEPS, tem consistentemente sido responsável por 5% da originação e da

carteira de crédito originada via correspondentes no Brasil.

Corresponde: O que fazer para manter nesse patamar e ainda crescer?

Túlio Matos: A fim de que o mercado permaneça competitivo e saudável, entendemos que existem várias medidas que precisamos tomar. A primeira delas é abraçar, promover, conscientizar e capacitar continuamente a rede de promotores que operam na pessoa física, incluindo facilitar o acesso à associação. Em seguida, precisamos combater práticas abusivas de assédio e contratação não solicitada por meio de penas duras, como o banimento definitivo do CPF do operador e do CNPJ conivente com a fraude.

Corresponde: O que mais você vê que é necessário no Estado da Bahia?

Túlio Matos: Vejo que é preciso promover a rede no país, dando consciência do número de pessoas diretamente empregadas, da renda gerada, do valor para a sociedade, resgatando a autoestima do operador de consignado, tanto colaboradores quanto empreendedores. Ao mesmo tempo, defender o equilíbrio concorrencial, buscando representatividade nas esferas de debate político e de tomada de decisão, como o assento permanente com poder de voto por parte da ANEPS nas comissões de consignado da Autorregulação, e do CNPS (Conselho Nacional da Previdência Social), por exemplo.

Corresponde: E o que pode atrapalhar os negócios?



Túlio Matos: As decisões tomadas de assalto. Precisamos garantir a previsibilidade no planejamento da rede de correspondentes, acabando com as decisões, que comprometem muitas vezes até a continuidade das operações, mesmo das empresas que respeitam as regras do negócio. Só assim não teremos sustos em 1º de janeiro de 2022.

Corresponde: Qual é o perfil dos correspondentes na Bahia?

Túlio Matos: Somos 4% das empresas constituídas em todo Brasil e, quando falamos dos correspondentes negociais, são micro e pequenas empresas, que se formalizaram para atender ao regramento da Resolução 3.954, e atender as exigências de regulação. Há também um certo número de empresas de médio e grande porte, com atuação nacional, resultados consistentes e grande representatividade no panorama nacional.

Corresponde: Quais as peculiaridades de mercado na região que você considera interessante compartilhar?

Túlio Matos: Considerando os correspondentes negociais de crédito, a peculiaridade em perspectiva do panorama nacional é ainda o índice considerável de clientes não alfabetizados no principal convênio de consignação (INSS), que estão sendo gradativamente excluídos do interesse das instituições com a digitalização. Isso é algo que precisa ser revisto a fim de contemplar esse público que deu a vida em serviço ao país.

Corresponde: Quais as dificuldades que têm enfrentado para dirigir sua região nestes tempos de pandemia?

Túlio Matos: Muitos correspondentes sentiram o impacto em sua aquisição física, presencial, principalmente aqueles que careciam de originação de oportunidades no meio digital. Está sendo exigido um enorme esforço da rede de aprendizado e adaptação ao rush da transformação digital, indispensável para amenizar os efeitos da pandemia.

Corresponde: A questão das fraudes em empréstimos consignados verificados em várias partes do Brasil têm ocorrido por aí? Prejudicam os negócios?

Túlio Matos: Costumo lembrar que onde houver um sistema de transação comercial instituído e de alto volume, sempre haverá interesse de fraudadores. Temos protegido nossa rede, adotando tecnologia de ponta em identificação biométrica em nossa empresa, e migrando nosso modelo de aquisição para um onboarding que contemple quase que obrigatoriamente a comparação facial versus kit de documentos apresentados. Sem dúvida é algo que requer um provisionamento de no mínimo 0,3% de todo volume transacionado de qualquer operador no mercado, mas que pode ser mitigado com a adoção de boas práticas antifraude.

Corresponde: De que maneira as empresas locais têm atuado para coibir tal ação?

Túlio Matos: Há uma rede de proteção informal, com o compartilhamento de red flags em casos suspeitos. Bem como um esforço dos correspondentes locais de travar o credenciamento de novos agentes a operadores que tenham referências sólidas, retrospecto jurídico e criminal ilibado, e comprove competência técnica para exercer a atividade. Em paralelo, a adoção forçada da formalização digital tem sido o grande redutor da fraude.

Corresponde: Quais os desafios para 2021?

Túlio Matos: Honrar a confiança que os milhões de brasileiros depositaram, principalmente, nos últimos 17 anos na rede nacional de correspondentes bancários, sem nos omitirmos do debate de melhores práticas, mas com altivez de enfrentar o lobby poderoso das instituições que vêm tomando nossa participação de mercado por meio de resoluções que nem sempre visam apenas os interesses do consumidor, e muitas vezes tem condições abusivas que geram um enorme desequilíbrio concorrencial.



QUEM É QUEM

CONHEÇA QUEM SÃO OS DIRETORES REGIONAIS DA ANEPS



AFÁBIO AZAMBUJA NEGRI
BELO HORIZONTE/MG

Credi10 Promotora de Vendas



ALBERTO SERAFIM DE SANTANA
ESTADO DO AMAZONAS

Karolaine Cred



AUGUSTA MARIA MENDES MOTA
TRIÂNGULO MINEIRO/MG

Mota Serviços e Representações Ltda.



BARTOLOMEU DA COSTA MOREIRA
ESTADO DE SERGIPE

BCM Representações e Serviços Ltda.



BERGSON ARRAIS
ESTADO DO CEARÁ

Plus Financiamento



ELZA DUARTE SILVA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Imediata Brasil



FAUZI TAHA
RIBEIRÃO PRETO/SP

Ribercred Serviços de Informações
Cadastrais Ltda.



JOÃO BATISTA CAVALCANTI DE MELO
ESTADO DO PERNAMBUCO

JBL Assessoria, Consultoria e Cobrança Ltda.



JOSÉ JORGE PEDREIRO PANIAGO
GOIÂNIA/GO

Rede Brasileira de Correspondentes e
Business Ltda - RBCB



JURANDIR SANTOS
MARINGÁ/PR

Saura & Ricoldy Consultoria Ltda.



JUVÊNIO BISPO FERRAZ PEREIRA JÚNIOR
ESTADO DO MARANHÃO

Facilit Intermediações de Negócios Ltda.



RANIERY BARBOSA QUEIROZ
ESTADO DO MATO GROSSO

MTCred



**TULIO CESAR ANDRADE
ABREU CARDOSO MATOS**
ESTADO DA BAHIA

GVN.digital



WANDERLEY PARDO DA SILVA
BRASÍLIA

Signa Promotora



CERTIFICAÇÃO ANEPS

proporciona formação completa
aos agentes de crédito



PROCESSO DE APLICAÇÃO DAS PROVAS É GERENCIADO PELO INSTITUTO TOTUM, QUE ADOTA O MÉTODO TRI (TEORIA DE RESPOSTA AO ITEM) PARA AVALIAR O NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS CANDIDATOS



A atividade de agente de crédito no País exige que o profissional seja certificado, conforme determinação da Resolução n.º 3954/2011 do Banco Central. Isso significa que todos os integrantes da equipe dos correspondentes que atuam na intermediação de operações de crédito devem ser submetidos a um exame de certificação por uma entidade reconhecida capacidade técnica, como a Associação Nacional das Empresas Promotoras de Crédito e Correspondentes no País (Aneps).

A Aneps é uma das entidades reconhecidas por aplicar exames de certificação que avaliam o nível de conhecimento dos profissionais do mercado. Desde 2011, a associação possui uma parceria com o Instituto Totum, responsável pela aplicação das provas. Em fevereiro daquele ano, havia sido editada a primeira versão da Resolução n.º 3954/2011, que estabelece a certificação para profissionais da área. Mas a licença para agentes de crédito só passou a ser obrigatória em 2013.

O Instituto Totum é um organismo de certificação que atua de acordo com normas internacionais que regem certificadoras de pessoas - Norma ISO 17024. Essa norma é usada por organismos em todo o mundo para garantir profissionais certificados. Toda expertise do Instituto Totum contribui para a seriedade da certificação Aneps, considerada uma das mais completas do mercado.

“A principal característica da Certificação Aneps é a união da competência e conheci-

mento do mercado por parte da associação e dos métodos internacionalmente reconhecidos para aplicação de exames por parte de uma certificadora independente, que é o Instituto Totum. Isso fornece conforto aos correspondentes e instituições financeiras contratantes de que o profissional certificado possui os conhecimentos necessários para execução de um trabalho com qualidade e conformidade legal”, disse Fernando Lopes, presidente do Instituto Totum.

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Na aplicação das provas de certificação, o Instituto Totum utiliza o TRI - Teoria de Resposta ao Item para calibrar a dificuldade dos exames. É a mesma metodologia usada em vários testes de países como os Estados Unidos, França, Holanda e Coreia do Sul. No Brasil, esse modelo de avaliação é aplicado ao ENEM. Na prática, o instituto identifica a probabilidade de acerto para diferentes perfis de candidatos, por meio de indicadores e gráficos. Logo, quanto maior o nível de conhecimento, maior o número de acertos. Vale ressaltar também que as provas são diferentes para os candidatos, mas apresentam o mesmo nível de dificuldade.

“A certificação tem o objetivo de valorizar a profissão de agente de crédito. Por isso, nosso foco está na qualidade do procedimento do exame. A certificação Aneps não é a mais rígida do mercado e, sim, a mais séria, prezando pela formação completa do profissional”, disse Ricardo Villas Bôas, vice-presidente de Formação e Certificação da Aneps.



Foto: Divulgação/Aneps

FERNANDO LOPESPRESIDENTE DO
INSTITUTO TOTUM



Além disso, o banco de questões é frequentemente atualizado, de acordo com a legislação do setor. Para se ter uma ideia, as recentes mudanças no crédito consignado foram incorporadas aos exames apenas um dia após a edição da Medida Provisória 1006/2020, que prevê o aumento de 5% no limite da margem consignável para segurados do INSS, servidores públicos e trabalhadores do setor privado.

AUDITORIA ANEPS

As provas de Certificação da Aneps são realizadas de forma remota, por meio de computador, tablet ou celular com acesso à internet. Durante todo o exame, a plataforma monitora diversas informações, a fim de evitar o risco de fraude. Dessa forma, é possível identificar se existe a presença de terceiros ajudando o candidato a responder às questões, ou se outra pessoa está fazendo a prova no lugar do agente de crédito inscrito para fazer o exame. A Aneps é a única certificadora que realiza auditoria em 100% das provas, em um processo minucioso e aplicado por equipe especializada do Instituto Totum.

“Possuir a Certificação Aneps não é somente uma burocracia que deve ser atendida, mas um diferencial no mercado em função da seriedade do processo de certificação. Sendo assim, a certificação separa o profissional reconhecidamente competente daquele que não tem os conhecimentos mínimos exigidos para a execução das atividades de correspondente”

complementa Lopes.

Neste contexto, o papel do Banco Central será de regulamentar a Lei nº 9.613, de 1998, para que as entidades supervisionadas implementem políticas, procedimentos e controles de PLD/FT e comuniquem ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) situações e operações suspeitas que envolvam seus clientes.

É a Lei nº 9.613 que dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores. A pena prevista é de três até 10 anos de reclusão e multa para quem cometer estas ilegalidades. A legislação prevê penas maiores para os casos nos quais o crime ocorra de forma reiterada ou por meio de organizações criminosas (redação dada pela Lei nº 12.683, de 2012, que torna o combate contra esses crimes mais eficiente). Se o acusado colaborar espontaneamente, prestando esclarecimentos, poderá ser beneficiado com a redução de até 2/3 da pena, regime prisional mais brando ou substituição por penas alternativas.

A Aneps é uma das únicas entidades do mercado que oferece um curso de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento de Terrorismo, conforme determinação da Circular n.º 3978 do Banco Central. O curso é dividido em 13 módulos e o aluno pode acessar quando e onde quiser. São 30 dias de acesso ilimitado. Cada módulo possui conteúdo didático e uma pergunta de avaliação. O curso é voltado para correspondentes bancários e cambiais, corretoras de seguros, seguradoras, dentre outros segmentos econômicos.

ATUE DENTRO DA LEI!

Para quem não sabe, está em vigor desde julho do ano passado a Circular n.º 3978 do Banco Central do Brasil, que dispõe sobre a política, os procedimentos e os controles internos a serem adotados pelas instituições, com o objetivo de prevenir crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores e de financiamento ao terrorismo. A norma determina que as instituições financeiras devem promover a cultura de prevenção de crimes como a lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, além de adotar políticas de governança.



Vitória: AUMENTO DA MARGEM CONSIGNÁVEL É APROVADO



M P 1006/2000 estende até o dia 31 de dezembro de 2021 o prazo para contratações de empréstimo consignado com limite de 40% para aposentados e pensionistas do INSS, servidores públicos, militares e trabalhadores da iniciativa privada.

O Senado Federal aprovou, por unanimidade, no dia 10 de março, a Medida Provisória 1006/2020, que amplia a margem de empréstimo consignado para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de 35% para 40% do valor do benefício, durante a pandemia de Covid-19. Antes de ir para o Senado, a MP foi aprovada pela Câmara dos Deputados, no dia 8 de março. A sanção presidencial veio no fim de março e a nova margem entrou em vigor.

O substitutivo apresentado pelo relator, deputado Capitão Alberto Neto (Republicanos-AM), estende até 31 de dezembro de 2021 o prazo limite para concessão de empréstimo consignado. Dos 40%, 5 pontos percentuais devem ser destinados a saque ou pagamento

da fatura do cartão de crédito consignado.

A medida também prevê o aumento da margem consignável para servidores públicos federais e trabalhadores com carteira assinada. O limite de 40% também será aplicado a operações de crédito tomadas por militares das Forças Armadas; policiais militares dos estados e do Distrito Federal; militares e policiais reformados; servidores públicos estaduais e municipais; servidores públicos inativos; empregados públicos da administração direta, autárquica e fundacional de qualquer ente da Federação; e pensionistas de servidores e de militares.



CAPITÃO ALBERTO NETO
DEPUTADO FEDERAL REPUBLICANOS - AM

PETIÇÃO MOBILIZOU A CATEGORIA

A Associação Nacional das Empresas Promotoras de Crédito e Correspondentes no País (Aneps) acompanhou todo o processo de tramitação da MP no Congresso Nacional. Com o apoio de entidades, a Aneps divulgou em seus canais/mídias sociais uma petição online, a fim de mobilizar aposentados e pensionistas do INSS, servidores públicos e correspondentes bancários para solicitar a urgência na votação da MP. A petição contou com cerca de 26 mil assinaturas.

“A aprovação da MP significa um alívio em tempos de crise econômica e desemprego, provocados pela pandemia. Em muitos casos, o benefício do aposentado acaba se tornando a única renda da família. Se você não dá um recurso acessível para o aposentado, ele vai buscar em algum lugar, seja com um agiota, seja com entidades que chegam a cobrar juros absurdos de até 20% ao mês. Por isso, o aumento da margem consignável será muito positivo tanto para os brasileiros quanto para a economia de forma geral”

disse Edison Costa, presidente da Aneps.

Desde o ano passado, a diretoria da Aneps tem dialogado com parlamentares em Brasília para defender a aprovação da MP. Agora, aposentados e pensionistas do INSS, servidores públicos, militares e trabalhadores da iniciativa privada poderão contratar empréstimos consignados com juros mensais de 1,8%, muito inferiores a outras modalidades de empréstimo pessoal. A Aneps comemora o resultado e agradece a luta de todos que se mobilizaram desde o dia 31 de dezembro de 2020.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO CRESCEM 16% EM 2020

Especialistas projetam cenário desafiador para empresários do setor neste ano. Um balanço divulgado pelo Banco Central mostrou que o saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional cresceu 16% em 12 meses. Já a carteira de pessoas físicas aumentou 0,6% em janeiro e 10,9% em 12 meses, atingindo R\$ 2,3 trilhões. O crédito livre a pessoas físicas alcançou R\$1,2 trilhão, após elevações de 0,4% no mês de janeiro e de 10% em doze meses, com destaque para aumentos de saldos em cheque especial e crédito pessoal (consignado e não consignado). O saldo do crédito direcionado a pessoas físicas atingiu R\$1 trilhão, com expansões de 0,9% e 12,1%, nas mesmas bases de comparação, prosseguindo elevações em financiamentos rural e imobiliário.

Para o economista da Associação Comercial de São Paulo, Marcel Solimeo, o crédito direto ao consumidor, em suas diversas formas, deve ampliar ainda mais o fôlego em 2021. Cartão de crédito, crediário e outras linhas deverão ter crescimento forte. Isso deve ser ainda mais sentido no segundo semestre, quando a economia deverá começar a se recuperar de forma mais consistente dos efeitos da pandemia. “Para quem concede crédito, a incerteza é o maior desafio. É que, ao contrário do risco, o setor não pode ser precificado. O empresário tem que apostar em um cenário sem ter muitos parâmetros para a escolha”, afirma.

Já no crédito voltado para pessoas jurídicas, o economista projeta um cenário de crescimento mais desigual. “O mercado de crédito deve crescer em 2021 acima do que vimos em 2020. No entanto, as empresas menores terão mais dificuldades para conseguir crédito nos grandes bancos, por não conseguirem oferecer as garantias que essas instituições

consideram ser necessárias para a liberação do empréstimo”, complementa.



MARCEL SOLIMEO

ECONOMISTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO

Na opinião de Isabela Tavares, economista especialista em crédito da Tendências Consultoria Integrada, os desafios para o mercado de crédito serão ainda maiores com as incertezas da crise sanitária e as dificuldades de equalização da questão fiscal no país. “Em 2021, as medidas do BC de auxílio durante a pandemia vão acabar, algumas já acabaram, como as renegociações de dívidas e outras devem terminar até março deste ano”, disse.



ISABELA TAVARES

ECONOMISTA ESPECIALISTA EM CRÉDITO

De acordo com a especialista, os juros bancários e a inadimplência ao longo do ano devem aumentar, levando em conta o

fim das medidas de auxílio ao sistema financeiro e o aumento projetado para a Sellic, taxa básica de juros. “De toda forma, os níveis dos juros e da inadimplência devem permanecer baixos para os padrões históricos, o que deve manter a demanda por financiamentos relativamente aquecida”, finaliza.

Além disso, para pessoa física, o crédito livre deve voltar a ser destaque, com a normalização da atividade econômica. Mesmo assim, o ritmo deve ser gradual, com maior dinamismo ao longo do segundo semestre, diante das incertezas ainda elevadas no início do ano. “Para 2021, as modalidades de melhor qualidade, que possuem juros mais baixos, devem mostrar maior crescimento”, complementa Isabela.

Como esperado, a modalidade de crédito pessoal (que contém o crédito consignado) foi a única que cresceu. As medidas que facilitaram o crédito pessoal consignado, com aumento do prazo e redução dos juros, incentivaram a modalidade.

No ano passado, o crédito consignado aumentou 14% no ano passado em relação a 2019, acumulando R\$ 234,9 bilhões em concessões de crédito. Outra modalidade que também apresentou crescimento foi o financiamento imobiliário, com alta de 29,87% no mesmo período, com R\$ 128,7 bilhões no volume de concessões.

“Os níveis dos juros e da inadimplência devem permanecer baixos para os padrões históricos, o que deve manter a demanda por financiamentos relativamente aquecida.”

Marcel Solimeo, economista.



Ampliação da margem consignável é bem recebida pelo mercado. Após uma longa jornada de reuniões em Brasília, articulações e votações que se estenderam ao longo de dias, a Medida Provisória (MP1006/2020) foi aprovada no Senado Federal no último dia 10 e segue para sanção presidencial. Trata-se de uma grande vitória de todos os agentes do setor, que se mobilizaram e ajudaram no diálogo com parlamentares ao longo de todo o processo. A conquista foi celebrada pelo mercado e por todos envolvidos.



“A aprovação da MP1006/2020 foi uma vitória da união, graças ao esforço, obstinação e engajamento dos diretores regionais que também participam desta edição com seus depoimentos. Alcançamos uma mobilização ímpar, mais que provado que quando há união e envolvimento, todos conseguimos melhores resultados para nosso segmento. Importante destacar, o trabalho inteligente e bem estruturado do Deputado Capitão Alberto Neto, que capturou como poucos, todos os aspectos importantes e relevantes do tema, conseguindo, de forma surpreendente, a aprovação por unanimidade nas duas casas. Também nosso reconhecimento a equipe da Frente Parlamentar do Serviços, presidida pelo Deputado Laércio Oliveira, que no decorrer do exíguo tempo, nos conduziram e orientaram no processo de mobilização dos parlamentares da frente.”
(Edison Costa – Presidente da ANEPS)



“Essa é uma grande vitória para os aposentados, pensionistas e para o funcionalismo público. A margem dará um respiro para milhares de famílias que estão sofrendo com os efeitos da pandemia.”
(Deputado Federal Capitão Alberto Neto – Relator da MP 1006/2020)



“A aprovação da MP 1006/2020 foi um marco, uma vitória, cuja importância se estende desde aposentados e servidores públicos, até a classe dos correspondentes.”
(Afabio Azambuja Negri – Diretor Regional de Belo Horizonte - MG)



“Existem muitos ribeirinhos que moram no Amazonas, e que sobrevivem apenas desta aposentadoria. Então, esses 5% darão a liberdade de pegar dinheiro emprestado com taxa de juros espetacular.” **(Alberto Serafim Santana – Diretor Regional do Estado do Amazonas - AM)**



“Para o segmento de correspondentes, foi uma das conquistas mais importantes. A Aneps teve uma participação relevante na aprovação da MP”.
(Antônio Mario Rinaldini – Vice Presidente de Relações com Entidades de Mercado)



“Trabalhamos com consignado há mais de 20 anos e podemos afirmar, com bastante segurança, que o maior beneficiado com esta medida é justamente aquele que mais precisa”. **(Fauzi Taha – Diretor Regional em Ribeirão Preto - SP)**



“Agradeço à Aneps e aos amigos Correspondentes, estivemos todos à frente junto ao Capitão, incansavelmente, sem medir esforços, para viabilizar esta conquista.”
(Fabrício Soares - Representa a Diretoria Regional em Uberlândia - MG)





Frente Parlamentar **LUTA PARA AMENIZAR PREJUÍZOS DO SETOR DE SERVIÇOS**

TRABALHO DE RELACIONAMENTO COM ENTIDADES E ÓRGÃOS DO GOVERNO É REALIZADO PELO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS SETORIAIS

A pesar da crise provocada pelo agravamento da pandemia, a Frente Parlamentar em Defesa do Setor de Serviços se manteve produtiva e no centro de debates de grande relevância nacional. O grupo é formado por entidades de diversos segmentos e parlamentares, que lutam para tentar amenizar as perdas para o setor.

Ao todo, foram realizadas 50 reuniões internas de trabalho, para discussão de temas trabalhistas, tributários e para formulação do Índice de Serviços, além de reuniões externas com o Poder Executivo para discutir sobre a vigência da LGDP e a manutenção da desoneração da folha de pagamentos.

Em um ano de atividade, a Frente Parlamentar também lutou pelo parcelamento de dívidas e execuções trabalhistas, regulamentação do nexa causal e melhoria de acesso ao crédito para micro e pequenas empresas.

O trabalho de consolidação do diálogo entre as entidades que representam o setor de serviços, chamado de back office, é feito pelo Observatório de Políticas Setoriais (OPS), responsável pelo mapeamento de cenários políticos, além de identificar as melhores oportunidades para condução das estratégias de atuação.

“As principais demandas do setor de serviços chegam ao OPS por intermédio dos

Grupos Técnicos de Trabalho, que discutem as matérias apresentadas para que, em conjunto, seja formado um posicionamento. A partir desse posicionamento, elaborado pelas entidades envolvidas, são realizadas estratégias de atuação para defesa de interesses tanto dentro da Frente Parlamentar quanto junto aos demais entes governamentais”, comenta Idelcio Magalhães, Presidente do OPS e Coordenador Jurídico da Frente Parlamentar.

Idelcio comenta que o principal desafio no relacionamento entre as entidades e órgãos do governo é buscar políticas públicas adequadas que propiciem um cenário saudável para o crescimento das empresas do setor. “O setor de serviços é composto por entidades heterogêneas de diversas áreas de atuação. Essa característica, ao mesmo tempo em que enriquece os debates travados, também os torna mais desafiadores por englobar empresas dos mais diversos segmentos e portes”, complementa.

A equipe do OPS também é formada por Helzio Mascarenhas, Secretário Geral da Frente Parlamentar e Coordenador de Relacionamento Institucional; Soraya Chaves, Relação Institucional da Frente com a Câmara de Deputados; Bruna Mateus, Gerente de Comunicação; Érica de Lima, Financeiro e Administrativo e Gisele Peixoto, Jornalista.



Foto: Divulgação/Aneps

IDELCIO MAGALHAES

*PRESIDENTE DO OPS
E COORDENADOR
JURÍDICO DA FRENTE
PARLAMENTAR*

Onda de fraude de consignados PREOCUPA CORRESPONDENTES

IMAGEM DO SETOR TEM SIDO DURAMENTE ATINGIDA COM AS CONSTANTES DENÚNCIAS DE FRAUDES EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONSIGNADO. SAÍDA PODE ESTAR NAS MUDANÇAS REGULATÓRIAS, DIZ SENACON



Foto: Divulgação/Aneps

JULIANA RODRIGUES
SENACON

Desde o ano passado, o Brasil tem observado um aumento significativo no número de reclamações que envolvem empréstimo consignado e isso vem prejudicando seriamente a imagem de quem atua no segmento. Todos os dias a imprensa noticia casos ou divulga reportagens sobre como escapar dos golpes. Com o objetivo de proteger o consumidor, a Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senacon) vem fazendo um trabalho importante no sentido de analisar os aspectos regulatórios e buscar mudanças que aumentem a segurança do consumidor e, ao mesmo tempo, busquem a redução das queixas e denúncias.

“Fraude no crédito consignado é um dos temas que lideram o índice de reclamação da plataforma consumidor.gov.br,”

disse a Secretária Nacional do Consumidor, Juliana Oliveira Rodrigues. Segundo ela, além de notificar as instituições bancárias, a Senacon busca fazer ajustes regulatórios para dar mais segurança nas operações e evitar fraudes. Um movimento nessa direção foi feito com o cartão de crédito consignado no começo do ano passado.

Outro caminho seguido pela Senacon é a cooperação interinstitucional. “Há uma grande variedade de atores envolvidos na regulação

dos empréstimos consignados, e é necessário que todos estejamos alinhados para garantir uma atuação efetiva”, disse Juliana. A entidade trabalha desde 2019 em cooperação técnica com o INSS, por exemplo, e no ano passado articulou uma força-tarefa para criar uma espécie de ranqueamento dos infratores. Ação que seguirá em paralelo com campanhas educativas e um guia de boas práticas.

Mas as sanções e os processos administrativos também estão sendo usados como recurso para coibir a fraude. Em especial a mais comum, a concessão de empréstimo consignado para beneficiários do INSS que sequer solicitaram o dinheiro, como foi o caso do C6 (leia texto ao lado).

“Vemos problemas que envolvem a forma pela qual esses consumidores são abordados, sobre como os correspondentes e as instituições financeiras obtêm informações desses consumidores, as rotinas de contratação (muitos consumidores reclamaram que tiveram a averbação de margem sem que tivessem dado qualquer autorização em tal sentido), dentre outros”, explica Juliana da Senacon.

Para a secretaria, é fundamental que o mercado entenda que o papel da Senacon não é investigar crimes, mas sim, formular políticas públicas de proteção ao consumidor, tanto com ações que visem inibir a ocorrência de fatos que lhes sejam lesivos quanto com sanções a eventuais fatos que se traduzam em violações às normas de proteção e defesa do consumidor.

A Senacon possui os dados de todas as re-



clamações realizadas na plataforma consumidor.gov.br e no sistema Sindec, que engloba os atendimentos realizados por mais de 906 Procons pelo Brasil.

VAZAMENTO DE DADOS

Por outro lado, a Senacon informa que já existem investigações em curso envolvendo tanto a utilização abusiva de dados de consumidores para fins de abordagem e oferecimento de empréstimos consignados quanto a realização de averbações de margem consignável sem autorização. “Tais investigações encontram-se no Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor numa fase mais inicial, outras já se encaminham para um desfecho. O que se pode afirmar é que, caso seja reconhecida a prática de condutas contrárias ao Código de Defesa do Consumidor, poderão ser aplicadas multas de até cerca de R\$ 11 milhões, sem prejuízo de outras sanções eventualmente cabíveis”, disse a secretária.

Ao todo, estão sendo investigados aproximadamente 40 casos de vazamentos de dados, o que demonstra a recorrência dessa prática. “É preciso uma atuação conjunta com os outros órgãos relevantes, para isso, dentro do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, foi criado um núcleo especificamente sobre proteção de dados, com o objetivo de que o órgão tenha uma relação direta com a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)”, explicou Juliana, ressaltando que a secretária está em tratativas finais com a ANPD para realizar um Acordo de Cooperação Técnica, de modo a criar um ambiente de contribuição entre os órgãos.

C6 BANK NA MIRA DA SENACON

Um dos casos que ganhou maior repercussão em relação a estas irregularidades foi o do C6 Bank. Em janeiro deste ano, o Procon-SP penalizou a instituição com uma multa de R\$ 7,1 milhões por infringir regras do Código de Defesa do Consumidor. A pena veio após uma sucessão de notificações feitas pelo órgão à instituição. A última havia sido feita em outubro do ano passado, quando o órgão solicitou esclarecimentos sobre a liberação de uma série de empréstimos consignados indevidos. Foram, ao todo, 149 queixas registradas apenas no mês de setembro.

Além disso, o C6 Bank também foi penalizado por colocar dificuldades ou até mesmo impedir que a pessoa lesada conseguisse cancelar o contrato ou devolver o dinheiro depositado em conta. Na ocasião, a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), inclusive, determinou que a instituição parasse de realizar essas transações de consignado até que os esclarecimentos e devidas correções fossem realizadas. No entanto, a medida foi mantida apenas até o dia 31 de dezembro do ano passado, após uma decisão judicial suspender a medida da secretária.

Diversas empresas foram notificadas pela Senacon sobre vazamento de dados, ainda que não especificamente relacionadas às instituições bancárias. Queremos compreender a natureza dos vazamentos e, caso necessário, sancionar as empresas responsáveis.

ESTRATÉGIA E TECNOLOGIA COMO CHAVES PARA O SUCESSO

COMO A PH NEGÓCIOS SE CONSOLIDOU NO MERCADO ENTRE OS PRINCIPAIS PLAYERS DE VENDA PRÓPRIA NO BRASIL



Time da PH Negócios comemora o sucesso da empresa

Ter um diferencial para oferecer ao mercado é o que toda empresa busca para se destacar entre as demais. Mas isso nunca é um processo fácil, para chegar a essa condição é necessário primeiro se arriscar e aprender com os erros. E, para os que conseguem alcançar esse objetivo, o reconhecimento e a preferência do consumidor acabam se tornando algo inevitável, como foi o caso da PH Negócios, empresa que atua como correspondente autorizada no País em diversas instituições financeiras, assim como, Banco Santander, Olé, Banco Pan, Safra, Bradesco entre outros.

Atualmente a PH Negócios está presente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, e conta com um quadro aproximado de 450 colaboradores. A empresa atua com diversos produtos financeiros, tendo

o consignado como produto principal. Mas nem sempre foi assim, a necessidade de estar presente em diversas vertentes foi algo que a PH aprendeu com o tempo.

“Passamos por uma grande crise em 2010, época em que nossa empresa era especialista e trabalhava com foco em um único convênio “PMSP Prefeitura Municipal De São Paulo”, mas eis que em janeiro de 2010 o Banco do Brasil efetuou a compra da folha de pagamento do convênio, passando a ter exclusividade na intermediação de consignado por vários anos na prefeitura. Tivemos que nos reinventar desbravando novos convênios como “Forças Armadas, Governos e Outras Prefeituras”. Aprendemos e decidimos então que nunca mais seríamos “monoproduto”, e sim teríamos uma operação pulverizada em diversos convênios, o que fazemos muito bem até hoje operando com



mais de 500 convênios diferentes mensalmente”, conta Paulo Henrique, diretor executivo da PH Negócios.

A crise trouxe uma mudança de pensamento para a empresa que três anos depois viria a sua participação no mercado começar a mudar drasticamente. Entre os anos de 2013 e 2014, a PH Negócios se reestruturou com estudos e estratégias para a saída da compra de dívida intermediadas por boletos e entrada da portabilidade via CIP, o que fez a empresa crescer sua operação em 300%, se consolidando entre os principais players de venda própria no Brasil.

Um dos diferenciais da PH é o fato da empresa ter um time de estratégia e tecnologia que andam juntos, buscando sempre administrar o direcionamento de perfil dos clientes específicos aos seus consultores de vendas.

Nosso objetivo e visão estão voltados para constituir o melhor time de venda próprio, essa equipe hoje já é o alicerce da empresa. Queremos evoluir para um time cada vez mais preparado em nosso mercado, com consultores de vendas que fazem a diferença na vida de nossos clientes, tendo um atendimento personalizado e voltado a entrega da melhor oferta para nosso cliente afirma Paulo Henrique.



IMPORTÂNCIA SOCIAL

Além do compromisso com seus clientes, a PH Negócios também entende o papel que exerce na formação de profissionais qualificados para o mercado e a necessidade de abrir novas portas. Por isso, a empresa realiza diversas ações sociais e tem investido no projeto SOUPH, voltado para a inclusão social de pessoas com deficiência no mercado de correspondentes.

“Esse projeto é destinado para MEI’s e PJ’s, como exemplo empresas formadas por mães que não podem trabalhar fora ou pessoas com problema de locomoção que poderiam estar trabalhando, mas por algum motivo de força maior precisam ficar em casa. Queremos alcançar mil parceiros neste perfil até o final de 2021. Já conseguimos integrar 200 pessoas ao projeto até o momento, temos uma grande pista pela frente e sabemos que esse projeto é muito importante para a PH Negócios”, comenta Paulo Henrique.

A PH Negócios é o resultado de um sonho profissional do promotor de vendas Paulo Henrique, que iniciou sua trajetória no ramo atuando na porta das empresas concorrentes como “laçador”, pela Financeira Losango, que hoje pertence ao Bradesco.



PAULO HENRIQUE
PH NEGÓCIOS





souph

Empresa do grupo **ph** negócios

#SEJASOUPH

SOU PH E VOCÊ

Cadastre-se ou reative
seu código sou PH,
através do link:
www.souph.phng.com.br

Grande **oportunidade** de
ganhar **dinheiro**.
Aumento de margem de 5%
em todos os convênios da sua região.

Aproveite e refinance as
operações de seus clientes!

Chame no WhatsApp para saber mais:

(11) 94959 – 0736 

#SEJASOUPH

ADEUS AO ETERNO LÍDER

EDISON APARECIDO FERREIRA FOI UM DOS FUNDADORES DA ANEPE E CONTRIBUIU PARA A REPRESENTATIVIDADE DOS CORRESPONDENTES E PROMOTORAS DE CRÉDITO NO MERCADO



É impossível falar da história da Aneps sem citar Edison Aparecido Ferreira, um dos presidentes que plantou a semente para a Aneps tornar-se o que é hoje, uma entidade reconhecida do mercado por defender os interesses dos correspondentes e das promotoras de crédito. Ele faleceu na madrugada de 22 de dezembro, mas deixou um legado que será lembrado por todos como exemplo de liderança ao conduzir as ações da associação durante 7 anos de muito trabalho e luta pelos interesses do setor. Edison Ferreira esteve à frente da Aneps no período de 2002 a 2009, assumindo o cargo de presidente após a gestão de Angelo Bifulco.

Mas a atuação do saudoso Edison Aparecido Ferreira começa em 2001, quando foi um dos responsáveis pela criação da Aneps. À época, a categoria de correspon-

dentos bancários e promotoras de crédito era vinculada à Acrefi (Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento), mas já havia um consenso de que era necessário fundar uma entidade com sede e diretoria próprias, a fim de atender exclusivamente os interesses do setor. As grandes redes tinham crediário próprio, enquanto as promotoras de crédito eram ligadas a instituições financeiras. No começo, o desafio maior foi conseguir a adesão de outros empresários para a fundação da Aneps. Mas, aos poucos, a entidade tornou-se conhecida entre os correspondentes.

Desde o início da criação da Aneps, Edison, juntamente com outros empresários, visava ampliar a divulgação do setor em todo o Brasil e melhorar o reconhecimento da categoria por toda a sociedade. Os executivos fundadores da Aneps necessitavam de uma representação expressiva no segmento financeiro para a regulamentação da atividade. Posteriormente, o objetivo principal do ex-presidente foi aumentar o número de associados, conforme a entidade ganhava força no mercado.

Mesmo após a passagem pela presidência da entidade, Edison não deixou de participar da diretoria e de acompanhar decisões importantes para a categoria. Ocupava o cargo de Membro Efetivo do Conselho Fiscal e fez parte do Conselho de Notáveis da ANEPE. Também foi Diretor do Bradesco Financiamento, de 1998 a 2005, onde se aposentou.



Alimentação ajuda A MANTER O SISTEMA IMUNOLÓGICO PROTEGIDO

Foto: Zé Roberto Muntiz



VANDERLEI SEVERIANO

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO
FÍSICA, FISILOGISTA E
GRADUANDO EM FISIOTERAPIA

Durante esse cenário de pandemia, cuidar do sistema imunológico é algo fundamental. Existem muitos fatores que podem influenciar a imunidade e a saúde como um todo, como má alimentação, estresse, privação de sono, má digestão e baixa absorção de nutrientes, sedentarismo, entre outros. Para que as nossas células do sistema imunológico funcionem de maneira adequada é necessário que nutrientes apropriados sejam ingeridos na quantidade e qualidade corretas.

Um alimento isolado ou suplemento específico sozinhos não possuem a capacidade de potencializar a nossa imunidade. Assim como uma alimentação inadequada poderá provocar desequilíbrio no nosso organismo. Por isso, para ajudar o corpo nessa missão, o Professor de Educação Física, Fisiologista e Graduando em Fisioterapia, Vanderlei Carlos Severiano, o Branco, do Instituto Branca Esportes, preparou algumas dicas fundamentais.

1 Consuma alimentos “in natura” ou minimamente processados que possuem nutrientes e fitoquímicos com propriedades protetoras, antioxidantes e anti-inflamatórias para melhorar a imunidade. Coma pelo menos algumas porções por dia de frutas e legumes variados, pois contêm vitaminas e antioxidantes que ajudam a fortalecer o sistema imunológico.

2 Consuma vitaminas A e C. Vitamina A e os carotenóides estão presentes no fígado, ovos, vegetais folhosos verde escuros e hortaliças, frutas amarelo-alaranjadas (manga, mamão, goiaba vermelha, abóbora, cenoura, batata doce, espinafre e couve). Já a Vitamina C deve ser ingerida em quantidades que variam de acordo com o gênero (masculino e feminino) e com seu perfil genético. Exemplos: laranja, limão, acerola, goiaba, caju, kiwi, morango, melancia, vegetais crus e outros.

3 Proteínas: Entre muitas funções, elas ajudam a proteger contra a ação de agentes nocivos. Escolha opções como frango, ovos, carne vermelha, peixes e laticínios (leite, queijo, iogurte, coalhada, entre outros).

4 Carboidratos: São a principal fonte de energia do corpo. Devem ser supridos regularmente e em intervalos frequentes para satisfazer as necessidades

energéticas do organismo. Exemplos: Inhame, macaxeira/mandioca, batata-doce, arroz, milho, entre outros tubérculos e raízes.

5 Os vegetarianos/veganos devem e podem investir nas leguminosas, como feijão, lentilha, ervilha, grão de bico, soja, mas não devem esquecer de associar ao consumo de cereais como arroz, aveia e cuscuz, que juntos com a leguminosa formam o que conhecemos de combinação proteica (fornece ao organismo todos os aminoácidos essenciais). Laticínios probióticos também são excelentes para reforçar o sistema imunológico.

6 Para que nosso organismo tenha uma boa formação do sistema imunológico e funcione bem é preciso uma alimentação equilibrada com proteínas, carboidratos, gorduras e sais minerais. Também não se esqueça de beber muita água.

É importante ressaltar que até o momento não existe alimento, nutriente ou vitamina milagrosa que previne ou cure a Covid-19. Mas é possível e necessário fortalecer o nosso sistema imunológico para que o corpo consiga combater e defender da melhor forma possível caso seja infectado.



CURSO

**PREVENÇÃO À
LAVAGEM DE DINHEIRO
E AO FINANCIAMENTO
DE TERRORISMO**

conteúdo didático
+ pergunta de avaliação
em cada módulo



**NOSSO
JEITO**

**Transparência
e Sorriso**

**NOSSA
EQUIPE**

Nosso Orgulho

**NOSSO
COMPROMISSO**

**Excelência no
Atendimento**

0800 123 0202



Nota 10 em atendimento